

Biblioteca pública: a ambivalência de seu papel

The public library and the ambivalence of its role

MARIA CECÍLIA DINIZ NOGUEIRA *

Analisa-se, com base na revisão de literatura de Suzana P. Mueller, a biblioteca pública enquanto instrumento ideológico. Considera-se que a biblioteca, no sistema capitalista por excelência, favorece a reprodução da relação de dominação e, simultaneamente, contribui para a edificação de uma nova ordem social.

1. INTRODUÇÃO

Tendo como referencial teórico os princípios marxistas e, em particular, as teses de Gramsci, buscamos analisar o papel da biblioteca pública no sistema capitalista.

Consideramos a dinâmica do modo de produção capitalista levando em conta as relações sociais em sua totalidade. Temos o sistema em vigor como sendo estruturado nos princípios de dominação, considerando também que esta forma de regime contém, em si, de modo ine-

* Mestre em Biblioteconomia

* Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

rente, contradições que permeiam todas as relações. Portanto, lidamos com a ambigüidade do papel da biblioteca pública.

Nesta perspectiva, objetivamos constatar a ambivalência da função desta instituição, buscando verificar, através do confronto entre a teoria e a prática, as concepções que norteiam o seu exercício. Consideramos ainda o papel do intelectual, no nosso caso o bibliotecário, enquanto mediador das relações sociais.

O nosso estudo foi elaborado a partir da revisão de literatura elaborada por Suzana P. Mueller (22), que nos possibilita analisar a biblioteca pública desde a sua institucionalização.

2. ORIGEM E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA: ABORDAGEM IDEOLÓGICA

Mueller inicia seu trabalho de revisão de literatura descrevendo o cenário da institucionalização das bibliotecas públicas nos seguintes termos:

os serviços aos usuários oferecidos por bibliotecas começaram a ser organizados de maneira sistemática a partir da emergência das bibliotecas públicas (século XIX), elas próprias resultantes das transformações sociais que ocorreram com o desenvolvimento da indústria e a crescente urbanização dos séculos XVII e XIX (22:9).

Tendo por alavanca a Revolução Industrial, que exigia qualificação mais apropriada da força de trabalho, e visando manter o novo modo de produção, impõe-se a necessidade do ensino formal como meio de aperfeiçoamento individual e de desenvolvimento nacional. Neste contexto, a biblioteca pública apresenta-se como mais um artifício de garantia da democratização do saber.

Sobre este tema, no sentido de tornar melhor compreendida a realidade do final do século passado, para, então, percebermos com maior clareza a origem da biblioteca pública, recorreremos a uma antologia que reflete o pensamento de Marx e Engels.

O desenvolvimento da revolução industrial e o triunfo do liberalismo trouxeram consigo uma transformação fundamental do aparato escolar /.../ As necessidades tecnológicas produzidas por mudanças ocorridas nas forças produtivas e por outro lado, as exigências liberais, de entender a educação e o conhecimento como condição da igualdade entre todos os cidadãos determinaram a institucionalização, extensão e profundização do aparato escolar (20:9).

Em virtude do desenvolvimento das formas produtivas, a ideologia liberal postula a igualdade entre os homens e, simultaneamente, favorece a emergência de manifestações de resistência ao regime em vigor. Estas são mobilizadas para a universalização da educação. Em contrapartida, o Estado passa a exercer maior controle sobre a instrução: a educação familiar, religiosa e gremial deixam de ser dominantes, a educação erudita cede lugar à educação técnica, e a biblioteca pública ganha força, surgindo, nos meados do século XIX, na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, a primeira lei que institucionaliza este recurso técnico de Estado. Oficialmente é colocada como instrumento que contribui para assegurar a educação.

Portanto, a origem da biblioteca pública não se esgota nas necessidades postas pelas relações sócio-econômicas. Temos que levar em conta também o amadurecimento das contradições sociais: o proletariado sendo aliado do processo educacional, diante da conjuntura vigente, pressiona para ter maior acesso à escolaridade.

Nesta perspectiva, a biblioteca pública, tem ao mesmo tempo, o significado de um recurso que atende às exigências desse presente estágio do modo de produção capitalista, bem como de resposta às reivindicações em torno da democratização da cultura.

Contudo, a proposta da biblioteca pública, enquanto resposta aos anseios da classe trabalhadora, é registrada pelo Estado que impõe a forma e o conteúdo a serem adotados pela instituição nos limites da relação pressão social/interesse da burguesia.

Em outras palavras, apesar de a implantação da instituição em foco também decorrer de posições contrárias à ideologia do Estado, concretamente seu exercício não é organizado para atender às expectativas do proletariado, embora esta classe seja colocada, no discurso, como a principal justificativa da existência da instituição. Este ponto de vista é ilustrado com Stanley Jevons, que vê a biblioteca pública como um organismo que contribui para manter a ordem. Observa que cabe a ela:

[conservar] homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes (22:9).

Perante o Estado burguês, compete à biblioteca pública recrutar para seu interior a classe marginalizada pela estrutura de dominação. Tem por função colaborar para o processo de ideologização e, em segundo plano, contribuir para a qualificação da força de trabalho. Em última instância, o Estado, através da atividade dos intelectuais, destina a essa instituição o papel de favorecer a reprodução das relações sociais. Esta colocação fica evidenciada através de Mueller:

notamos no pensamento de Jevons a visão da biblioteca como instrumento para manter a ordem pública (22:10).

Embora, como recurso técnico de Estado, a biblioteca pública represente um instrumento de perpetuação do sistema estabelecido, ela é questionada pela linha liberal conservadora. Mueller, referindo-se, ainda, a Jevons, salienta:

nem todos os seus contemporâneos acreditavam na utilidade das bibliotecas, alguns temendo até que fossem perigosas para a sociedade. Temiam que o excesso de leitura de romances, pelos operários, poderia afetar-lhes a disposição para o trabalho (22:10).

A oposição ao funcionamento da biblioteca pública é um indicador de que sua função transcende ao seu papel determinado, revelando a possibilidade dessa instituição favorecer a retomada da unidade teoria/prática, que foi rompida com a divisão social do trabalho. Em outras palavras, a biblioteca pública pode contribuir para a sobreposição entre a atividade intelectual e a atividade manual, auxiliando o proletariado com vistas à edificação de uma nova ordem.

Porém, as concepções que fundamentam a sua organização fazem com que seu exercício inscreva-se, sobretudo, dentro dos moldes da classe no poder.

Considerando por ora os Estados Unidos, Mueller passa a discorrer sobre a criação da biblioteca pública nesse país, comentando que:

lá os argumentos eram diferentes, originados na fé na educação como base fundamental para a democracia (22:10).

Ao nível do concreto, as razões que impõem a institucionalização da biblioteca pública, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos, se sobrepõem. Em ambos os

países, a implantação do recurso técnico em análise se justifica pelo avanço das relações econômicas, tendo suporte ideológico a Revolução Liberal. Os argumentos diferem em termos do aparente, identificando-se quanto à essência.

Melvin Dewey reflete a postura dos intelectuais liberais norte-americanos em meados do século passado. Mueller ressalta que o pensamento dele fundamenta-se no princípio de igualdade, possibilitando-nos reafirmar que as idéias que nortearam a criação das bibliotecas públicas nos Estados Unidos correspondem às da Inglaterra. A citação da autora da revisão da literatura evidencia isso:

[...] Jevons (EUA) e Dewey (Inglaterra) exemplificam as expectativas dominantes no final do século passado, acerca da biblioteca pública. A ela era atribuído um papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas, mas preservando os valores sociais vigentes. Esperava-se que os recursos investidos nas bibliotecas públicas dessem dividendos em termos de ganhos sociais e para tanto seus serviços deveriam ser orientados (22:13).

Vê-se que, no discurso, compete à biblioteca pública atender às conveniências da classe subalterna; porém como a prática de sua política é dirigida para submeter o proletariado às exigências das relações de produção, finda por servir à burguesia. Em última análise, seu papel determinado — fortalecer a coesão ideológica — conduz à legitimação dos interesses hegemônicos e, como tal, sujeita a classe trabalhadora à estrutura de dominação.

Para assegurar à biblioteca pública o cumprimento de seu papel oficial, impõe-se a necessidade do controle do conteúdo das leituras. Busca-se eliminar do acervo os escritos pouco elaborados, denominados vulgarmente

de «literatura popular» — leituras de escape. Com a justificativa de que a mesma empobrece o indivíduo e a nação, lança-se mão de critérios para selecionar o acervo. Ao nível do aparente, a excelência da qualidade visa o bem comum; no plano da essência, objetiva manter a relação de poder.

O controle do conteúdo das leituras representa um mecanismo de tal importância na garantia do papel tradicional da biblioteca pública, que Dewey atribui, como principal tarefa do bibliotecário, a função de «**excluir o pernicioso**» do acervo da instituição em análise. Porém, como a conotação de «pernicioso» depende da posição de classe, a postura de Dewey auxilia a escamotear que os interesses da burguesia e do proletariado são inconciliáveis. Negando o antagonismo entre as classes, postula que os intelectuais atuando naquela direção contribuem para «**o bem do indivíduo e do Estado**».

A preocupação constante com a fixação de critérios de seletividade, possibilita-nos revelar:

- o poder ideológico-coercitivo do Estado;
- a força da ideologia enquanto instrumento de coesão que conserva e legitima a direção moral e intelectual da sociedade, pela classe no poder;
- o papel mediador dos intelectuais;
- a ambigüidade do papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado, apontando a possibilidade de os intelectuais, vinculados à classe dominante, elaborarem uma concepção de mundo que propicie a construção da contra-hegemonia.

A necessidade de o Estado utilizar mecanismos de censura sobre as leituras reflete, também, a contradição entre o aparente e o concreto da biblioteca pública. Os critérios seletivos são artifícios que buscam ideologizar

a classe detentora da força de trabalho com vistas ao projeto econômico-político da classe possuidora do capital. A «literatura popular» é retirada da biblioteca como meio de «educar» o proletariado. Esta interferência deixa entrever que a sociedade capitalista comporta, em si, classes cujos interesses são inconciliáveis. Portanto, o próprio posicionamento a favor dos controles desmistifica a ideologia reinante, que é respaldada no princípio do atendimento ao bem comum.

Seguindo a periodização feita por Mueller, passamos a retratar o início do século XX, quando os objetivos da biblioteca pública são ampliados. Acrescentamos, em seguida, uma citação de Mueller, na qual ela interpreta o pensamento de John Cotton Dana, um dos representantes da fase em questão:

Na verdade, Dana creditava uma missão mais alta à biblioteca, pois ao oferecer benefícios imediatos à comunidade, como a satisfação de interesses diversos e a promoção da educação, a biblioteca estaria de fato contribuindo para um melhor entendimento e tolerância entre os homens (22:14).

Esta colocação permite-nos verificar que a expansão da proposta da biblioteca pública, nas bases em que é defendida, tem o significado de um mecanismo que visa contornar as tensões sociais. Escamoteando a censura sobre as leituras e negando o antagonismo entre as classes — a biblioteca deve contribuir para uma maior compreensão entre os homens — Dana sugere que a ampliação das atividades dessa instituição deva ocorrer nos limites dos interesses da classe dirigente.

Sendo os Aparelhos Ideológicos de Estado permeados pelas contradições sociais, a incorporação de novos objetivos também auxilia a atuação da biblioteca enquanto

recurso de veiculação de idéias contrárias ao Estado: estendendo seu raio de ação, a instituição oferece maiores possibilidades de acesso ao saber. A ambigüidade do papel da biblioteca pública está encoberta em outra citação de Mueller:

A evolução dos objetivos da biblioteca pública, [...] não foi acompanhada de aprovação geral. [...] Com a popularização das bibliotecas, vieram também as críticas. O fato de estarem as bibliotecas públicas oferecendo, com dinheiro público, muita literatura popular, julgada potencialmente pernicioso, causou muitas discussões. Temia-se que esta literatura popular viesse a 'diluir a mente/do povo/' (22:14-5).

Apesar da insatisfação dos intelectuais tradicionais linha liberal conservadora — prevalecem os preceitos progressistas: a biblioteca pública centra seu exercício na educação, mas passa a incorporar atividades relacionadas com a cultura geral e o lazer. Reafirmamos o nosso ponto de vista com base em outra interpretação feita por Mueller, a partir do pensamento de Herbert Putnam, bibliotecário-chefe da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos:

Ele achava inevitável a inclusão da literatura popular nas coleções das bibliotecas. Na sua opinião, o problema era antes 'o quanto' (22:16).

A citação acima deixa entrever que a época retratada é marcada pelo avanço das conquistas da classe subalterna, embora a proposta de Putnam remeta-nos às idéias liberais. A censura do acervo não é negligenciada e a seleção das leituras permanece sob o domínio da classe economicamente fundamental: é preferível oferecer «literatura popular» «selecionada», que dar margem à

classe trabalhadora de determinar o que ler. Através do cuidado com o «quanto», a biblioteca pública responde aos anseios do proletariado e, concomitantemente, mantém vigilância sobre a literatura vista como prejudicial à concretização das conveniências da classe no poder. Portanto, o modo pelo qual caminha a democratização da instituição em análise, visa reforçar a legitimação da representação universalista do Estado burguês. A classe dominada continua a deparar-se com as restrições comentadas, que se apresentam encobertas por novo discurso e revestidas de novas formas.

No entanto, o relaxamento do controle das leituras, mesmo sendo operado pelos intelectuais representantes da burguesia, abre espaço para a circulação de idéias contra-hegemônicas. Em outras palavras, contribui para a materialização dos interesses da classe detentora da força de trabalho.

Dando continuidade ao seu estudo, Mueller assinala outra faceta das propostas ocorridas no âmbito da biblioteca no início deste século; e é ainda Putnam que defende uma mediação mais direta entre o bibliotecário e o usuário:

O bibliotecário que conhece seus livros 'os relaciona com as necessidades do leitor, ser humano atual. É mais na eficiência desta relação humana do que na de catálogos e classificações... que nossa oportunidade exclusiva como bibliotecários reside agora' (22:16).

Considerando que o ponto de partida da relação bibliotecário/usuário é o conhecimento do acervo, para, posteriormente, adequar o livro ao leitor, as idéias de Putnam e a interpretação de Mueller permitem-nos inferir que suas concepções refletem os interesses da burguesia.

É a inversão desta relação — o ponto de partida deve ser o conhecimento do usuário — que auxiliaria a biblioteca a responder às expectativas da classe trabalhadora. Não sendo esta situação conveniente ao projeto da classe dirigente, Putnam lida com a exigência de mudanças, mas atendo-se à essência dos princípios liberais.

A citação de Putnam, acima colocada, propicia-nos voltar à questão da distância entre o aparente e o concreto da biblioteca. A esse respeito, sustentamo-nos em um trabalho que data de 1984, de autoria de Anna da Soledade Vieira, no qual, referindo-se à biblioteconomia, ela afirma:

[...] o que se evidenciou com o passar do tempo, foi que a profissão se fossilizava e que nela não havia lugar para novos conhecimentos, novas atitudes /.../ O tecnicismo impera como valor da formação profissional (enquanto na Universidade) e do próprio exercício da atividade bibliotecária [...] 26:81-2).

Assim, no decorrer da história da biblioteconomia, as mudanças são em termos de forma e ao nível da superfície. As «reformas» acontecem no limite da preservação do conteúdo burguês. Visando conservar as relações de classe e, como tal, retirar do bibliotecário o seu papel de agente histórico, as técnicas continuam altamente valorizadas, interpondo-se na relação bibliotecário/usuário de modo a propiciar o distanciamento e a propagação da concepção de neutralidade.

O apego à abordagem tecnicista, repassado, principalmente, pelo sistema educacional, justifica-se pela necessidade de uma formação acrítica, pois a não emergência da reflexão contribui para a homogenização da sociedade em torno dos valores, normas, idéias e com-

portamentos dominantes. A ênfase dada à técnica fortalece a separação entre o fazer e o pensar, enquanto o discurso acerca da sua neutralidade escamoteia a aliança dos intelectuais da pequena burguesia com a burguesia. O Estado força a transmissão de conhecimentos rotulados de objetivos, enfatizando os aspectos técnicos e, por esse motivo, nos dá uma visão fragmentada. O saber que concerne ao social é considerado secundário e, simultaneamente distorcido, ocultado ou negado, esvazia a conotação política que se encerra na técnica.

Retomando a análise de Mueller, entramos na década de 1930, quando é salientada a criação da Escola de Pós-Graduação em Biblioteconomia, implantada em Chicago, no final dos anos vinte. Segundo essa autora, a Escola de Chicago é o marco da origem das reflexões acerca da filosofia da área.

As consideradas novas idéias da biblioteconomia são manifestadas através de Pierce Butler, ao definir o papel que cabe ao bibliotecário:

[É] meramente o guardião dos arquivos culturais da sociedade. A responsabilidade que ele assume com seu posto é de explorar estes arquivos para o bem comum, ao máximo de sua capacidade. Assim, uma fase importante do trabalho bibliotecário prestado ao indivíduo será orientá-lo para que alcance, com eficiência, seus próprios objetivos particulares, desde que tais objetivos não sejam anti-sociais, e protegê-lo contra perda de seu trabalho com atividades pouco proveitosas em relação ao seu próprio desejo imediato (22:19).

Entretanto, esta citação, inclusive no plano da terminologia, indica-nos que esse teórico não inova o discurso

oficial. Pelo contrário: lida com a categoria indivíduo, insinua que o sistema capitalista não se apoia na divisão social e técnica do trabalho e deixa entrever que a prática, quando nega os interesses da burguesia, provoca tanto conflitos sociais, como individuais. Suas idéias giram em torno do «bem comum», «objetivos particulares» e do «anti-social». Em última análise, a referida citação permite-nos inferir que a filosofia da biblioteconomia é fundamentada nas concepções que favorecem o continuísmo da estrutura de classe.

Cabe a J. Periam Danton, outro discípulo da Escola de Chicago, fortalecer nossa interpretação:

As metas e os objetivos maiores da biblioteconomia, assim como de qualquer elemento da sociedade humana devem ser derivadas dos ideais predominantes naquela sociedade (22:20).

A fim de melhor ilustrarmos o nosso ponto de vista, recorreremos a Marx e Engels:

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritualmente (21:55-6).

Assim, levando em conta que as idéias dominantes no regime capitalista refletem os valores da burguesia, Danton reforça que os princípios subjacentes à filosofia da biblioteconomia remetem-nos aos interesses dessa classe: a classe detentora do capital possui força para manipular o saber e, portanto, impõe como universal sua concepção de mundo.

Dando prosseguimento à análise da linha adotada pela Escola de Chicago, mencionamos Lowell Martin:

A biblioteconomia promove tanto a socialização como a individualização. De um lado, ela transmite a herança social e incute os valores e experiências do passado no grupo, com um efeito unificador; por outro lado, ela capacita o indivíduo a avaliar as tendências presentes e valores futuros, eleva a qualidade de sua vida pessoal, e fornece meios para ascender na escala social (22:21).

Embora a elaboração de Lowell Martin acoberte o papel concreto da biblioteca, ao mesmo tempo, ela possibilita-nos revelar a dupla função dessa instituição no modo de produção em foco. Explicitando: Lowell Martin tomando a biblioteca como recurso que «[...] transmite a herança social e incute os valores e experiências do passado no grupo [...]», atribui à mesma a tarefa de repassar as concepções predominantes. Esta é a função primeira da biblioteca — fortalecer a coesão ideológica — o «efeito unificador». Além disso, atende também aos requisitos da reprodução da força de trabalho. Lowell Martin confere ainda à biblioteca o papel de favorecer a ascensão social, desconsiderando que a mobilidade se inscreve em casos isolados, os quais somente legitimam a doutrina liberal.

Assim, a Escola de Chicago não delinea uma postura inovadora: resguarda o conteúdo liberal da biblioteconomia e propaga o exercício tradicional da biblioteca.

Simultaneamente, a Escola de Chicago tem o mérito de abrir espaço para a produção do saber que nega a prática dominante, numa clara demonstração de que a contradição permeia os organismos de Estado. A interpretação de Mueller evidencia isso:

com a emergência da Escola de Chicago começou uma nova fase da biblioteconomia. A experiência diária não deixou de ser a principal fonte das idéias profissionais mas a pesquisa organizada e sistemática institucionalizou-se, fortemente voltada para o aspecto social, focalizando mais o grupo ou comunidade do que o indivíduo /.../ (22:21-2).

Acerca do momento imediato ao pós-guerra, Mueller salienta que a Segunda Guerra Mundial provocou mudanças sociais, com reflexos também nas bibliotecas públicas. Em relação aos intelectuais representativos desse período, a autora em questão comenta:

/.../ Broadfield, Irwin e Landheer, embora tenham pontos de vista diferentes, estão ligados por um pensamento básico comum, a importância do indivíduo ou do serviço bibliotecário ao leitor individual (22:25).

Dando destaque ao primeiro, Mueller observa:

para ele, a biblioteca deveria dedicar todos os seus recursos para assistir ao indivíduo em seus esforços de auto-ajuda, sem concessões ou considerações ao grupo, ou sociedade a que pertence. Para Broadfield, a liberdade de pensamento é a razão principal para se conservarem livros e haver bibliotecas, e não a educação de cidadãos ou o bem social. Limites de espécie alguma deveriam ser impostos aos desejos de leitura das pessoas ou aos seus interesses, nem pela sociedade, nem religião, nem Estado (22:25-6).

Esta citação possibilita-nos afirmar que a fase ora vista é marcada pelo retrocesso da democratização da biblioteca pública. Broadfield não inova o discurso oficial e sim exacerba o individualismo, um dos preceitos cen-

trais da doutrina liberal. Desconsidera os homens enquanto classe, bem como desvincula-os de grupos, e, numa dimensão mais ampla, também da sociedade.

É nesta perspectiva que Irwin e Landheer também fundamentam suas idéias, permitindo-nos evidenciar que o período tratado é caracterizado pela negação extrema do homem como ser social. As elaborações de Broadfield, Irwin e Landheer sobrepõem-se pois relevam uma postura liberal conservadora, identificando tais autores com os demais intelectuais até agora vistos. As diferenças fazem parte das nuances do liberalismo.

Nesta linha de análise, ressaltamos que Broadfield e Irwin chegam mesmo a reivindicar a autonomia da biblioteca pública frente ao Estado.

Primeiro as bibliotecas, elas próprias, devem ser instituições independentes, livres de qualquer pressão, seja política ou religiosa. Em segundo lugar, o seu serviço não deve (com óbvia exceção das grandes bibliotecas nacionais) ser administrado diretamente pelo Estado (22:27).

Percebemos nesta colocação de Irwin mais um indicador da exacerbação do individualismo: a defesa da não subordinação da biblioteca pública ao Estado constitui-se em um mecanismo que objetiva maximizar o seu fechamento à classe proletária. Considerando que a biblioteca como instituição da esfera governamental já não responde às necessidades da classe trabalhadora, podemos inferir que, caso ela se caracterizasse como empresa particular, tenderia a se manter ainda mais distanciada dos interesses contra-hegemônicos. Portanto, eximir o Estado da responsabilidade de prestar os serviços relativos a essa instituição, obrigatoriamente a tornaria mais elitista, contribuindo para reforçar o monopólio do saber.

Além do mais, é um caminho utópico, pois a vinculação da biblioteca pública ao Estado tem conotação histórica, justificando-se principalmente pela necessidade de manter o controle sobre a classe possuidora da força de trabalho.

Entrando na década de 1950, Mueller coloca que a concepção de biblioteca enquanto instituição social predominou nos Estados Unidos sobre a idéia de biblioteca enquanto organismo que privilegia o indivíduo.

Prosseguindo, Mueller destaca que na década de 1960 a biblioteca pública é de novo alvo de críticas pelo fato de oferecer «literatura popular». Ralph Harris, professor de economia política e diretor do Instituto de Assuntos Econômicos de Londres, reflete a insatisfação então vigente.

O que era antes um instrumento utilitário para a difusão da luz e do saber nos cantos escuros do industrialismo do século XIX está se tornando cada vez mais uma máquina de diversão, nas condições modificadas da segunda metade do século vinte (22:30).

A denúncia de Harris permite entrever que o momento em foco representa um avanço em relação à democratização da biblioteca pública. Protestando contra o fato de a instituição buscar suprir as necessidades de lazer, o intelectual em questão mostra-nos que essa instituição volta-se um pouco mais para os interesses da classe detentora da força de trabalho.

Em relação às mudanças ocorridas no interior da biblioteca pública, Mueller observa:

os escritores americanos são os mais sensíveis a essas mudanças, ou talvez sua sociedade seja mais vulnerável a elas. Novos tipos de serviços foram

iniciados /.../: serviços aos carentes, recrutamento das minorias, tomada de posição em questões sociais e políticas, cooperação com outras agências, reordenação de prioridades, defesa atuante da liberdade intelectual e de seus praticantes, reestruturação das bibliotecas pouco usadas, rejeição de toda limitação no acesso a bibliotecas. Na Inglaterra também se pode observar tendências semelhantes (22:30-1).

Apesar de o antagonismo entre as classes constituir-se no fundamento da configuração das relações sociais, não podemos desprezar, em nossas considerações, a posição que os países ocupam nas relações internacionais pois o contexto dos países de capitalismo central difere da situação dos países periféricos. Sendo a ampliação da proposta da biblioteca determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela organização do proletariado enquanto classe, não podemos tomar como universais as mudanças comentadas. Elas correspondem a situações particulares, refletindo as relações sociais dos países hegemônicos.

Destacamos que estas diferenças são representativas ao nível da eficiência e não da função que compete à biblioteca pública desempenhar.

A autora da revisão de literatura passa a citar Joseph Nitecki, também discípulo da Escola de Chicago. Dando continuidade à proposta desta Escola, com Nitecki volta-se a falar da necessidade de uma filosofia da biblioteconomia. Ele ressalta que:

a biblioteca como uma instituição servindo a toda a comunidade não pode ignorar nem se deixar dominar por nenhum destes grupos de pressão. Como a biblioteca responde a estes interesses — resposta que é **sine qua non** da existência das bibliotecas —

constitui a base para uma teoria de biblioteconomia, enquanto sua aplicação prática implica em participação ativa nas ações da sociedade, não só respondendo a ela, mas também impondo a esta sociedade um novo conjunto de pressões (22:31).

Percebe-se que Nitecki encara a biblioteca não somente como um recurso de conservação da ordem estabelecida, mas também como instrumento gerador de pressões sociais. Assim, a questão da filosofia da biblioteconomia é vista a partir da análise de grupos aos quais a biblioteca estaria a serviço.

Atuando na mesma linha de Nitecki, Paul Wasserman afirma:

a sobrevivência desta ou qualquer outra cultura reside na capacidade dos líderes de suas instituições de formularem e reformularem seus programas e serviços de forma que eles se relacionem verdadeiramente e inequivocamente com a realidade e necessidade da época (22:32).

Esta citação possibilita-nos explicitar o papel do bibliotecário enquanto mediador das relações sociais. Exercendo uma função eminentemente intelectual, ele, no exercício de sua profissão, pode auxiliar a manutenção da estrutura de classe e, ao mesmo tempo, a superação desta relação.

Outros sinais da democratização da instituição em análise aparecem através de Mary Lee Bundy, que desenvolve seu trabalho nos Estados Unidos.

Não se limitando a um projeto de caráter adaptativo, Bundy defende que a circulação do saber, quando direcionada apropriadamente, tem a faculdade de contribuir para gerar pressões.

Ligar indivíduos aos grupos que procuram promover mudanças maiores torna-se o serviço de transformação mais importante. Ajudar a formar tais grupos onde eles não existem — mesmo que seja apenas pela divulgação aos interessados de que outras pessoas compartilham seus problemas e dizer-lhes como se iniciar no esforço para organizar ação coletiva, são serviços de informação altamente importantes. Prestar apoio informacional a organizações baseadas na comunidade pode fazer uma diferença vital (22:33).

Mesmo não lidando com a categoria classe social, está implícito que Bundy tem a biblioteca pública como instituição que deve ser posta a serviço das transformações coletivas. Para alcançar tal objetivo, postula, como estratégia, ser necessário o bibliotecário não restringir sua atividade ao recinto da biblioteca e propõe que este intelectual conviva mais de perto com os usuários. É compreendendo o estilo de vida desses usuários e conhecendo suas carências, que o bibliotecário propicia a biblioteca atender às expectativas da classe subordinada.

Mueller encerra a análise do período em foco com o seguinte comentário:

/.../ alguns escritores adotaram uma atitude radical, questionando até o significado dos ideais fundamentais que são considerados as bases da sociedade, tais como democracia e a noção de bem público. Outros questionaram atitudes assumidas pela biblioteca, especialmente em relação a minorias, mostrando que a biblioteca corria perigo de perder sua razão de ser, caso não se esforçasse para se integrar com suas comunidades (22:34).

A medida que o papel da biblioteca é evidenciado enquanto recurso auxiliar da edificação de uma nova ordem, o confronto ideológico assume feições mais definidas: num campo, a defesa das minorias e, em sentido diametralmente oposto, a defesa do bem comum.

Dando continuidade ao seu estudo, Mueller cita Jesse H. Shera, que reafirma a dominância da prática tradicional na instituição em análise.

Em certo sentido... todas as funções da biblioteca convergem para conservação; pois não importa quanto... nós embelezamos esta função com objetivos complementares, conservação é básico e fundamental para a biblioteca /.../ Se a biblioteconomia quer sobreviver como profissão de méritos próprios, deve desistir de tentar assumir responsabilidades de outras profissões — educação, assistência social, liderança de grupos — e voltar-se para seus objetivos reais (22:36-8).

Esta citação nos fornece suporte para inferir que essa fase também é marcada pelo retrocesso da democratização da biblioteca pública. Enquanto anteriormente Wasserman salientava a responsabilidade do bibliotecário como intelectual e Bundy atribuía ao bibliotecário a tarefa de mobilizar as minorias em torno dos interesses coletivos com vistas à transformação social, as idéias de Shera limitam a atividade do intelectual em questão.

Na atualidade, J. D. Foskett apresenta idéias muito consideradas no campo da biblioteconomia, permitindo-nos perceber melhor o papel da biblioteca nas sociedades capitalistas, já que, para esta autor a instituição está a serviço dos interesses hegemônicos. Definindo a função do bibliotecário, indica-nos novamente que não houve mudanças significativas na área da biblioteconomia.

Como bibliotecários somos os guardiães — não os donos, mas os guardiães — do conhecimento. /.../ (22:40).

Retomando o fio da história, esta citação mostra-nos que Foskett conceitua o papel do bibliotecário dentro dos parâmetros do início deste século, inclusive, usando a mesma terminologia adotada por Butler na década de vinte.

Nossa constatação é reforçada através da complementação da citação acima, que nos possibilita, ainda, observar que a biblioteconomia está respaldada no autoritarismo.

[...] Por outro lado, como se diz tão freqüentemente, quem somos nós para decidirmos o que o povo vai ler, quem são os bibliotecários para se arvorarem em censores?... Se temos que resolver o dilema entre a luta pela verdade e o desejo pela liberdade absoluta, deveríamos ter uma filosofia, uma atitude mental, de acordo com a qual uma ação será certa e outra errada... pois embora não tenhamos o direito de censurar, temos o direito de decidir o que será incluído na coleção de nossas bibliotecas e o que não será... (22:40).

Foskett legitima que o acervo da instituição não deve ser determinado pelos usuários. Cria, apenas, ilusão de que o usuário é livre para escolher suas leituras, pois confere ao bibliotecário uma autonomia total para selecionar o acervo da biblioteca. Assim, o acesso amplo somente é defendido a partir da censura básica, a qual ocorre no momento da definição da política de seleção do acervo.

A interpretação de Mueller, acerca de Foskett, nos dá a oportunidade de reforçar que a biblioteca é organizada com base na «verdade» da classe dominante.

Para chegarmos a uma filosofia da biblioteconomia, /.../ uma definição de objetivos se faz necessária. Para Foskett, esses objetivos devem estar relacionados a — de fato baseados em — necessidades sociais da organização da qual a biblioteca faz parte. Os objetivos das bibliotecas são assim trazidos ao nível e colocados nos mesmos termos, daqueles da organização mantenedora. /.../ (22:40-1).

Se a biblioteca pública está atrelada diretamente ao Estado, e este fundamentado nos interesses hegemônicos, esta instituição está a serviço da burguesia.

Ainda comentando a atualidade, Mueller fala sobre Ronald Benge, último intelectual mencionado na sua revisão de literatura.

Uma tônica no pensamento de Benge é a biblioteca como parte do contexto cultural. /.../ Acredita que o contexto social condiciona a existência da biblioteca; culturas diferentes requerem tipos diferentes de agências culturais ou pelo menos métodos diferentes. É importante que o modelo adotado seja adequado às características particulares da região, e não consista meramente de adaptações cruas ou transplantes de modelos estrangeiros. (22:43-6).

Mesmo tendo utilizado termos tais como «indivíduo», «grupo» e «sociedade em geral», Benge traz contribuições para a biblioteconomia, pois denuncia a transposição de modelos universais e defende a necessidade da reelaboração dos mesmos, conforme as con-

dições de uma dada situação regional. Este posicionamento favorece a reorganização das bibliotecas dos países de capitalismo periférico.

Contudo, as bases do modelo sugeridas por Bengé tendem a não propiciar maiores transformações políticas porque, apesar de evocarem as especificidades de caráter cultural, desconsideram o antagonismo entre as classes.

Finalizando, Mueller apresenta uma listagem das principais idéias contidas na sua revisão de literatura. Colocamos abaixo as concepções chaves para o nosso estudo:

conservação e organização formam a base comum. [...] Porque preservar e organizar é realmente a pergunta a que todos os escritores tentaram responder (22:47).

[...] A biblioteca têm sido atribuídas responsabilidades várias, como a de controlar ou «filtrar» o material de leitura oferecido, de formar e manter um gosto e moral de nível elevado; de contribuir para a manutenção de valores sociais estabelecidos, e para a preservação da democracia; de ajudar na elevação da qualidade de vida. O papel de gerador de pressões sociais também lhe foi atribuído, embora nem sempre aceito, a partir dos anos 60 (22:48).

3. CONCLUSÃO

A origem da biblioteca pública está intimamente relacionada com a Revolução Industrial, que exigia formação de mão-de-obra mais apropriada para o então estágio do capitalismo, tendo por suporte a Revolução Liberal, que postulava direitos iguais para todos os

indivíduos. Portanto, a institucionalização da biblioteca pública foi condicionada tanto pelo desenvolvimento sócio-econômico como pelas pressões da sociedade civil que reivindicava maior democratização da educação.

Entretanto, como as relações sócio-econômicas são determinantes em última instância, e não estando o proletariado organizado, a proposta da biblioteca pública, como instrumento da classe não detentora do poder, foi resgatada pelos agentes da burguesia que impuseram a forma e o conteúdo da instituição em foco de acordo com os interesses hegemônicos.

Assim, no decorrer da história da biblioteca pública, a concepção que dirige seu funcionamento é calcada nos valores dominantes. São os padrões burgueses que fundamentam o exercício dessa instituição, propiciando que a mesma atue, sobretudo, no sentido da conservação do sistema em vigor.

Contudo, o papel da biblioteca pública é ambivalente. Independente da vontade dos sujeitos, face às contradições dos regimes estruturados na relação de dominação, as instituições sociais, como a biblioteca pública, desempenham seu papel de modo contraditório.

A biblioteca pública é um instrumento ideológico. Sendo assim, exerce não só a função de favorecer a reprodução das relações sociais estabelecidas, mas também o papel de um instrumento auxiliar da edificação de uma nova composição social.

Em ambas as situações — reprodução e transformação da relação de dominação — cabe ao intelectual, no nosso caso o bibliotecário, um papel fundamental, por ser o mediador das relações sociais. O bibliotecário, atuando como agente da classe dominante, propicia a conservação da ordem estabelecida; enquanto representante da classe subordinada, contribui, sobremaneira, para operar transformações coletivas.

Analysis of the public library as an ideologic tool, based on the Suzana P. Mueller's literature review. It considers that public library, within a capitalistic system, favours the reproduction of relations of domination and, simultaneously, contributes to the building of a new social order.

4. BIBLIOGRAFIA

1. ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa, Presença, s.d. 120 p.
2. BAUDELLOT, Christian & ESTABLET, Roger. Las dos redes de escolarización. In: —. **La escuela capitalista en Francia**. España, Siglo XXI, 1976. p. 49-112.
3. ————. Escuela única = escuela dividida. In: —. **La escuela capitalista en Francia**. España, Siglo XXI, 1976. p. 13-46.
4. BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean. **A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. 238 p.
5. BRANDÃO, Carlos Rodrigues, org. **O que é educação**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 116 p.
6. BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 379 p.
7. CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, Birmingham. **Da ideologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 330 p.
8. CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 125 p.
9. CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição; elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1979. 189 p. (Tese)
10. ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 5. ed. São Paulo, Global, 1983. 79 p.
11. ————. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 215 p.

12. FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo, Moraes, 1980. 142 p.
13. GIUSTA, Agneta da Silva. **Da perspectiva política à perspectiva em educação**. s.n.t. 11 p. (Texto mimeografado para a disciplina Introdução à Educação da Faculdade de Educação da UFMG).
14. GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 341 p.
15. ————. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982. 244 p.
16. GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Graal, 1978. 143 p.
17. KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 230 p.
18. LAPASSADE, Georges & LOURAU, René. **Chaves da sociologia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 203 p.
19. LOURAU, René. **A análise Institucional**. Petrópolis, Vozes, 1975. 294 p.
20. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã**. 3. ed. Lisboa, Presença, s.d. 311 p.
21. MARX & ENGELS; texto sobre educação e ensino. São Paulo, Moraes, 1983. 98 p.
22. MUELLER, Suzana P.M. Bibliotecas e sociedade; evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, 13(1): 7-54, mar. 1984.
23. PORTELLI, Hugnes. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
24. POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais do capitalismo**. São Paulo, Martins Fontes, 1977. 354 p.
25. REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa**. Porto, Escorpião, 1974. 194 p.
26. VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da informação**, Brasília, 2(2):81-5, jul./dez. 1983.